

CULTURA, TRANSFORMAÇÃO E CRISE NO BRASIL

CULTURE, TRANSFORMATION AND CRISIS IN BRAZIL

Janaina Santos Dias¹

Universidade Federal Fluminense, Brasil.

janainadias@id.uff.br

RESUMO: O presente artigo dedica-se a uma breve análise das políticas culturais e do campo cultural no Brasil. Para tal, estabelece um recorte temporal do governo Lula (2003-2010) ao início do governo Jair Bolsonaro (2019). O objetivo é fazer uma breve reconstrução histórica das políticas para a cultura no período de análise e entender os processos vivenciados, a transformação ocorrida no campo cultural e os deslocamentos econômicos-políticos e conjunturais até o período atual. O problema é verificar o entendimento e o papel da cultura na agenda do Estado no período analisado, considerando, a percepção histórica, os avanços, as continuidades, as descontinuidades e os desafios atuais. A metodologia é de cunho bibliográfico, baseado em estudiosos que pensam a cultura no capitalismo contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVES: Políticas Culturais, Cultura, Capitalismo.

ABSTRACT: This article is devoted to a brief analysis of cultural policies and the cultural field in Brazil. To this end, it establishes a time frame of the Lula government (2003-2010) at the beginning of the Jair Bolsonaro government (2019). The objective is

¹ Economista, mestre em administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAd UFF) na Universidade Federal Fluminense. Assessoria em projetos culturais e articulação institucional no Centro de Artes da Universidade Federal Fluminense- UFF- NITERÓI- RJ, BRASIL.

to make a brief historical reconstruction of the policies for a culture in the period of analysis and to understand the lived processes, the transformation that took place in the cultural field, the economic-political and conjunctural movements until the current period. The problem is to verify the understanding and the role of culture in the State's agenda in the analyzed period, considering the historical perception, the advances, the continuities, the discontinuities and the current challenges. The methodology is bibliographic, based on scholars who think of culture without contemporary capitalism.

KEYWORDS: Cultural Policies, Culture, Capitalism.

1. Introdução

“A questão no Brasil hoje não é só econômica. É uma questão cultural. É uma questão política. É uma questão sociológica” (Luiz Inácio Lula da Silva, 2019).²

O que vivenciamos hoje Brasil, diz muito sobre o processo global, um cenário que é de violenta restauração neoliberal e de avanço conservador, autoritário e antissocial. Dessa forma, neste momento, olhar para o futuro torna-se necessário e inevitável, visto a complexidade atual do país. Análises retrospectivas também são relevantes no sentido de nos dar um entendimento e compreensão do que assistimos hoje. E, poderá nos dar alguma previsibilidade acerca dos alicerces sobre os quais o cenário político, social e cultural do país esta sendo construído?

A influência do conservadorismo no Brasil no momento atual é conhecida atualmente no mundo todo; no entanto, o conhecimento dos elementos principais desse ressurgimento e sua intensificação ainda não são totalmente conhecidos. Este texto pretende apresentar alguns pontos importantes do atual contexto conservador autoritário no Brasil; e ao mesmo tempo fazer uma breve retrospectiva histórico- política e cultural das transformações que o país sofreu desde o governo do presidente Lula e até crise

² Ex-presidente Lula da Silva em entrevista da prisão para o jornalista Gleen Grenwald do site *theintercept* em 22/05/2019. <https://theintercept.com/2019/05/21/greenwald-entrevista-lula-bolsonaro-nova-politica/>

conjuntural atual e propor uma crítica e questões a essa problemática brasileira, mas que tem contornos mundiais.

Diante das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais por que passam o Brasil e o mundo hoje e das transformações recentes nas políticas públicas, entendemos que existe a necessidade de, sobretudo, nas políticas para a cultura no Brasil, se pensar e construir os mapas deste debate (Domingues, 2018, p. 16).

No Brasil, o início do século XXI foi marcado pela implementação de políticas culturais democráticas e participativas. Lia Calabre argumenta que, foi no governo do Presidente Lula e na gestão do Ministro Gilberto Gil que a cultura entrou efetivamente no campo das políticas públicas. (Lia Calabre, 2017, p. 1).

O texto discute o redimensionamento do lugar da cultura dentro da área das políticas públicas desde o primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) até os dias atuais. Nesse sentido, esse trabalho traz uma breve reflexão sobre o processo de transformação ocorrido no campo cultural, sobretudo nas políticas públicas de cultura partindo dos deslocamentos conjunturais políticos em torno do Ministério da Cultura no Brasil e buscar compreender as políticas culturais brasileiras a partir do governo Lula, e como se inserem e se reatualizam no interior do capitalismo contemporâneo. Qual o desafio de se pensar a relação entre cultura e desenvolvimento e capitalismo hoje no Brasil? Nesse sentido, a análise do campo cultural se mostra necessário à medida que expõe os agentes ativos, os valores, as contradições e as disputas legítimas na sociedade. (Sodré, 2017, p. 6).

O artigo está estruturado em cinco seções e uma breve conclusão. Na primeira, fazemos uma introdução e contextualização da discussão porposta no artigo. Na segunda seção, discute-se brevemente as políticas para a cultura no governo Lula. Na terceira,, abordamos o contexto político econômico cultural e institucional do governo Dilma, o pós-golpe de 2016 e o início do governo Jair Bolsonaro. Na quarta , provocamos um dbreve debate sobre cultura e democracia. Na última seção, trazemos uma análise do panorama cultural atual partindo de uma discussão teórica e de autores que pensam o campo cultural, a política e a reprodução do sistema capitalista contemporâneo em sua fase neoliberal e como este pode influenciar na construção de políticas públicas para a cultura.

2. A cultura nos governos lula: um projeto de transformação

A dinâmica e o alcance das transformações culturais sob a influência das mudanças ocorridas no âmbito do governo federal a partir da eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2002 e o reconhecimento da cultura como pilar estratégico de um modelo de desenvolvimento, que se deu a partir da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MINC), trouxe grandes contribuições para o debate sobre o desenvolvimento no Brasil, abrindo diversas possibilidades de abordagem e discussão sobre a dimensão cultural do desenvolvimento que são amplamente difundidas e debatidas em diferentes países.

É outra – e é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo [...] porque a vemos como base da construção e da preservação de nossa identidade, como espaço para a conquista plena da cidadania [...] tanto pelo fortalecimento da autoestima de nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país [...] encaramos a cultura em todas as suas dimensões, da simbólica à econômica (Brasil, 2006, p. 3).

O conteúdo programático da política do governo federal para a cultura no documento *A imaginação a serviço do Brasil: programa de políticas públicas de cultura* marcou um afastamento da orientação neoliberal e passou a ser um eixo das políticas de cultura no Brasil.³ A cultura então passa a ser entendida de uma forma mais abrangente e em direção a uma compreensão antropológica.

No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. As políticas públicas para a cultura devem ser encaradas, também, como intervenções, como estradas reais e vicinais, como caminhos necessários, como atalhos urgentes. Em suma, como intervenções criativas no campo do real

³ Nos governos anteriores do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), a cultura e suas expressões artísticas eram problemas de mercado e potencialidades de bons negócios e renúncia fiscal. As ações do Estado eram direcionadas para fomento de grandes eventos que priorizavam o apelo mercadológico e modelos empresariais de produção e difusão cultural.

histórico e social. Daí que a política cultural deste Ministério, a política cultural do Governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso País. Como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de radicalidade social. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos (Ministro Gilberto Gil, discurso de posse em 02 de janeiro de 2003).

Importantes programas e movimentos assumiram lugar central na formatação de políticas de cultura no governo Lula, como: a elaboração e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC), do Plano Nacional de Cultura (PNC),⁴ a criação do Programa Cultura Viva,⁵ que podem ser considerados como as iniciativas mais bem-sucedidas da gestão da cultura durante os dois mandatos de governo Lula. Assim como a institucionalidade e a organização do campo cultural, das políticas públicas de cultura e das interfaces sociais que conformaram as ações do Ministério da Cultura no período. (Domínguez, 2018, p. 184).

As ações estruturadas no período deram substrato à construção de políticas culturais como o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, que fizeram parte de um arcabouço de políticas públicas de caráter emancipatório e contribuíram para o estabelecimento de novas legitimidades, a partir do posicionamento de novos atores sociais e de discursos identitários de diversos segmentos da sociedade brasileira, especialmente aqueles oriundos dos setores populares. Uma política pública de mobilização e encantamento social, um “*do-in antropológico*: massagem de pontos vitais, desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país,” assim descreve o Programa Cultura Viva o então ministro da Cultura Gilberto Gil (MINC, 2004).

⁴ O SNC E O PNC, são duas das principais políticas do Ministério da Cultura no governo Lula (2003-2010). O primeiro foi concebido a partir de debates entre representantes do três níveis da federação no intuito de gerar um sistema de articulação, gestão, informação, pactuado entre os entes federados, com participação social. O segundo, foi criado a partir de debates de representantes da sociedade nas Conferências Federais, Estaduais e Municipais.

⁵ Criado em 2004, o Cultura Viva é um programa que visa reconhecer iniciativas culturais existentes na sociedade e incentivá-las, através de convênios e parcerias celebrados entre a sociedade civil e o Estado. Ele se organiza em algumas ações, sendo o ponto de cultura a principal e que articula todas as outras. Os pontos de cultura “são grupos informais e entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, de natureza/finalidade cultural, que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades” (Reis, 2011, p. 17).

Neste percurso, as ações do MinC ganharam visibilidade no Brasil e na América Latina com distintos contornos, exemplo concreto foi o Programa Cultura Viva⁶. Desenhado de uma maneira completamente inovadora e sem grandes complexidades, o programa surgiu como uma estrutura de fomento estatal direto, com foco em organizações comunitárias com histórico de atuação em suas localidades. O Estado dava total autonomia para a escolha das atividades e a forma de organização da entidade. A proposta defendida pelo governo era de fomentar o protagonismo dos sujeitos (Calabre, 2017, p. 3).

O Programa Cultura Viva visava ao fortalecimento de iniciativas culturais já existentes na sociedade civil e que pudessem, por meio do financiamento público, serem dinamizadas. Conforme destaca Célio Turino, o Brasil teve esse mérito de organizar um sentimento disperso por toda a América Latina.

Uma política pública de acesso à cultura tem que ir além da mera oferta de oficinas artísticas, espaços e produtos culturais; precisa ser entendida em um sentimento amplo, expresso em um programa que respeite a autonomia dos agentes sociais, fortaleça seu protagonismo e gere empoderamento social (...). Este tem sido o principal objetivo do programa cultura viva: a busca de uma cultura que liberta. A essência do programa cultura viva e do movimento dos Pontos de Cultura é intensificar esse processo, potencializando as energias criadoras de nosso povo, para que ele se perceba enquanto sujeito histórico, agente se de sua própria transformação (TURINO, 2010, p. 131).

E conforme entendem os autores Calabre (2015), Barbalho (2015) e Rubim (2015), no período de 2003 a 2010, o Estado teve uma atuação ativa na formulação e implementação de políticas públicas de cultura; ocorreu uma elevação do patamar institucional, político, econômico e social do Ministério da Cultura (MinC) e uma abertura de diálogo com poderes públicos, institucionais, nacionais e internacionais nunca alcançado antes pelo ministério e respectivamente pelas políticas de cultura.

Alexandre Barbalho (2015) em relação ao governo Lula (2003-2011), defende a hipótese da ampliação do patamar do Ministério da Cultura (MinC), como também o

fortalecimento do campo cultural brasileiro e a politização deste, guiada pela disposição, participação e tomada de posição dos agentes culturais nesse contexto.⁷

O êxito das políticas culturais no período Lula, logrado em documentos e pesquisas e, conforme defendem diferentes autores e pesquisadores, implica em uma ampliação do conceito de cultura apreendido pela noção de transversalidade da cultura⁸ e das fronteiras desse campo (Rubim, 2015).

Diferentes análises e críticas são feitas às políticas culturais nas experiências nos governos Lula, no entanto, mesmo com contradições, este período animou alguns agentes culturais, até então alheios aos processos de construção de políticas públicas para a cultura, a conquistarem um espaço mais amplo de interferência na agenda do Ministério (Domingues, 2018, p. 180).

Assim como destaca Barbalho (2017), a configuração do campo cultural, suas disposições e espaços sociais, capitais mobilizados, bem como as disputas legítimas travadas envolvendo um órgão do Estado, ou seja, o Estado um metacampo que congrega todos os campos e para onde convergem todos os tipos de capital (Bourdieu, 2012), o que implica, portanto, no envolvimento do campo cultural com outros campos, para além, inclusive, dos mais óbvios, ou seja, o campo estatal e o campo político (Barbalho, 2017, p. 3).

A relação entre política e cultura, historicamente, é atravessada por tensões. A dimensão política permitiu construir um espaço autônomo para a ação humana mobilizando elementos como liberdade e igualdade, a dimensão da cultura projeta a possibilidade de emancipação por meio do conhecimento, expressões culturais, artísticas e identitárias e por diferentes modos de ser e de viver.

As relações entre estes dois campos, no governo Lula (2003-2010) tem significados importantes se observadas os modos pelos quais foram travadas as mediações entre diferentes atores, Estado e Instituições. Momento histórico que sinalizou e demarcou posições no jogo de poder travado entre política, cultura e sociedade, na direção de possibilidades identitárias, cidadãs, participativas e emancipatórias que se apoiaram na

⁷ A análise do campo cultural expõe os agentes ativos, os valores, as contradições e as disputas legítimas na sociedade. (Sodré, 2017).

⁸ Para além do estético as políticas de cultura nesse período se relacionavam com o sentido antropológico da cultura, ou seja, como uma rede de valores e significados de um povo que abraça manifestações e práticas conjuntas que historicamente fazem parte de um grupo. Nesse sentido, cultura não se restringe as artes, seria também compreendida como um modo de compreender e aferir a organização da vida (Barbalho, 2016).

ideia de diversidade cultural com reforço das diferenças e maiores possibilidades de inclusão social.

Assim posto, entendemos que a compreensão do papel da cultura e das políticas para a cultura a partir do governo Lula elevou a cultura a um lugar na gestão pública, reestruturando o Ministério da Cultura, modificando a forma de o Estado brasileiro se relacionar com a cultura, redefinindo sua responsabilidade político-institucional e administrativa com a questão cultural e lançado bases para um novo patamar da cultura em um projeto político para o país, inaugurando novos paradigmas na relação entre o Estado e a sociedade, a cultura e a sociedade, ao promover a partir das políticas culturais mudanças estruturantes, fundamentadamente na cultura política, e na relação entre a cultura e um novo projeto de sociedade e de desenvolvimento para o país (Santini, 2017 p. 58).

O campo cultural no governo Lula, tem múltiplas variáveis em sua dimensão, vivenciamos um período transformador e inaugurador de um cenário inédito de potencialidades, que trouxe substantivas transformações e importante marcos simbólicos para o Brasil (Rubim, 2015).

As políticas públicas, emancipatórias, ou seja, a ação do Estado foi pela ideia da cultura como direito do cidadão, a participação na construção da políticas culturais como um recurso de poder e campo de disputa legítimas de diferentes indivíduos e grupos que tiveram o direito de se expressar e se afirmar num espaço institucional democrático promovendo a cidadania cultural.

A gestão da cultura no Governo Lula (2003-2010) passou por uma profunda mudança, podendo, este período ser considerado um ponto de inflexão da atuação do Estado, ao transformar o campo cultural, político, social e econômico brasileiro e, seus desdobramentos ainda pode ser posto em movimento neste momento atual do país permitindo-nos possibilidades de transgressão, reinvenção, resistências e reexistências, pois “as fronteiras da relação entre política e cultura não são delimitadas e devem ser renovadas, recriadas e defendidas de forma contínua” (Williams, 2011a, p. 5).

3. Cultura e crise – dos governos Dilma Rouseff a Jair Bolsonaro

No período do governo do presidente Lula (2007-2010), o Brasil era um país profundamente diferente, o contexto internacional e nacional eram bastante diferentes. A crise mundial atingiu fortemente os países capitalistas centrais, em 2008.⁹

No campo da cultura, as ações estruturadas nos governos Lula deram substrato à construção de políticas culturais que transcenderam para os governos Dilma (2011-2016), possibilitando a continuidade das políticas nacionais de longo prazo. Assim como o SNC e o PNC.¹⁰

O governo Dilma Rouseff (2011-2015) começou com os resultados positivos da política de combate à crise de 2008, na gestão do Presidente Lula. Porém os dois anos iniciais foram marcados por medidas contundentes, como demissão de ministros envolvidos em corrupção, no âmbito econômico a redução das taxas de juros, desvalorização cambial e modificações em programas de concessões etc. Em comparação ao estilo conciliador do presidente Lula, a presidenta Dilma sinalizava o estilo contundente e uma nova etapa de medidas econômicas e reguladoras que poderiam domesticar o excludente capitalismo brasileiro (Costa Pinto, 2016, p. 21).

Na cena política, o esforço da presidenta era considerado como tentativa de enquadramento de partido, políticos e congresso nacional, a burocracia de Estado e até os blocos de poder e setores dominantes como banqueiros, proprietários, industriais etc.

No governo Dilma Rouseff (2011- 2015), a gestão das políticas culturais foi considerada um momento de retrocesso no curso das políticas culturais voltadas para o desenvolvimento, para a cidadania e a diversidade cultural, de gestão voltada para alguns segmentos culturais e prejuízo ao conjunto da sociedade e de ameaça de descontinuidades dos programas, projetos e ações em andamento no Ministério da Cultura.

⁹ A crise econômica mundial no ano de 2008 gerou reflexos nas economias de países europeus e para a nossa economia brasileira. Em países como Grécia, Alemanha, Espanha, Portugal e Irlanda, foi necessário à adoção de medidas como corte de gastos públicos e aumento de impostos. Foram tomadas medidas de proteção pelos governos com a finalidade de estancar os efeitos da crise nascida da bolha no mercado imobiliário americano. Para o Brasil, o governo adotou medidas imediatas após o estouro da crise que proporcionaram ao país um impacto menos nocivo a economia. Aumento do salário mínimo, investimentos públicos e redução de cargas tributárias, redução da meta de superávit primário foram exemplos de medidas emergenciais tomadas pelo governo brasileiro. (Sicsú, 2016). <https://www.cartacapital.com.br/economia/licoes-da-crise-de-2008-e-2009>.

¹⁰ O Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura (PNC) representam fundamentais instrumentos no processo de modificação institucional das políticas culturais em âmbito federal nos governos Lula da Silva e Dilma Rouseff., por sua função de estabelecer, em conjunto com a sociedade, um sistema de políticas públicas específico para a cultura, integrando as políticas, municipais, estaduais e federais. (Barbalho, 2018, p. 13).

Do ponto de vista da gestão, existiram sinalizações de descontinuidade em relação aos programas e as políticas e de inversão de prioridades na pasta, como fusão de secretarias, que evidenciaram um novo desenho institucional do Ministério da Cultura.¹¹

Entretanto, com a posse de Dilma Rousseff, mesmo sendo do mesmo partido do que o presidente Lula, alguns projetos foram enfraquecidos, assim como algumas pastas e ministérios (Domingues, 2014).

De acordo com Bastos (2016) e Domingues (2018), o governo Dilma Rousseff precisa ser compreendido levando em consideração o poder estrutural do capital financeiro e as contradições inerentes aos modelos de crescimento e coalizão políticos observados desde o governo Lula.

Autores como Barbalho (2017) destacam que, no campo da cultura, manter conquistas, superar lacunas e consolidar as inovadoras políticas culturais iniciadas nos governos Lula deveriam ser metas do governo Dilma no campo da cultura. No entanto, as ambiguidades e dificuldades apresentadas pela gestão da pasta da cultura em angulações distintas, dificultaram e até bloquearam tais caminhos como expõe Rubim, (2015). As descontinuidades e mesmo as continuidades das políticas desenvolvidas no governo Dilma (2011-2015) em relação ao governo Lula abrangeram diferentes áreas, pastas e Ministérios. O governo Dilma foi marcado por uma série de protestos,¹² intensificados no segundo mandato, já no ano de 2015 as insatisfações foram amplificadas pela exposição dos casos de corrupção da Petrobrás e pela defesa da operação lava jato. Uma parte significativa da sociedade brasileira demonstrava descontentamento à classe política e ao Partido dos Trabalhadores em específico (Domingues, 2018, p. 180).

Em dezembro de 2015, Dilma Rousseff é afastada da presidência da República pelo processo de *impeachment* e em maio de 2016, Michel Temer assume o governo.

¹¹ Observa-se entre 2011 e 2012 um acúmulo de mobilizações e confrontos no MinC e em torno dele, relativos a interesses distintos e que se estendem para além do campo cultural, envolvendo outros agentes e reverberando fortemente na mídia nacional e nas redes sociais digitais (Barbalho, 2017, p.33).

¹² O mês de junho de 2013 ficou marcado por uma onda de protestos que, a partir de São Paulo, se espalhou por várias cidades brasileiras, mobilizando milhares de pessoas no que se tornaria naquele momento, a maior série de manifestações de rua desde o movimento pelo impeachment do presidente Fernando Collor, 21 anos antes. Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>. A crise política iniciada em 2013 abriu, de novo, espaço para o conservadorismo no Brasil mais autotitular, cujos valores e atitudes se escancararam com a instauração da República Bolsonaro em 2018.

Diferentes autores defendem a tese de que não foi *impeachment*, foi “Golpe”¹³ (Bastos, 2017).

Um das teses tem o argumento central na mudança do cenário econômico depois da crise financeira global de 2008, que dificultou a conciliação dos interesses de diferentes frações da burguesia e que as reviravoltas da política econômica do primeiro governo Dilma Rousseff contribuíram para reforçar tanto a desaceleração cíclica quanto o descontentamento empresarial.¹⁴

Diferentes análises e críticas são feitas às políticas culturais nas experiências nos governos Lula e Dilma, no entanto, mesmo com contradições, este período animou alguns agentes culturais, até então alheios aos processos de construção de políticas públicas para a cultura, a conquistarem um espaço mais amplo de interferência na agenda do Ministério (Domingues, 2018, p. 180).

Assim como expõe Barbalho (2017), o Ministério da Cultura (MinC), seu status político–institucional e, por conseguinte, as políticas de cultura, a partir do governo de Michel Temer, estão inseridos no contexto que engloba todo o campo político econômico brasileiro, pelo menos desde o início do segundo governo Dilma e como todo momento de crise, tal qual o de gênese, revela muito sobre o campo cultural ao expor seus agentes mais ativos.¹⁵

No final do segundo governo do presidente Lula (2008/2011), o Brasil era um país profundamente diferente, o contexto internacional e nacional eram bastantes diferentes

¹³Bastos analisa o Golpe a partir da origem da unificação da burguesia brasileira em torno a um programa neoliberal em 2016, assim como a relação entre a revolta das camadas médias e o ataque político-judicial resultante no Golpe de 2016 (Bastos, 2016, p. 1).

¹⁴A crise econômica mundial no ano de 2008 gerou reflexos nas economias de países europeus e para a nossa economia brasileira. Em países como Grécia, Alemanha, Espanha, Portugal e Irlanda, foram necessários à adoção de medidas como corte de gastos públicos e aumento de impostos. Foram tomadas medidas de proteção pelos governos com a finalidade de estancar os efeitos da crise nascida da bolha no mercado imobiliário americano. Para o Brasil, o governo adotou medidas imediatas após o estouro da crise que proporcionaram ao país um impacto menos nocivo a economia. Aumento do salário mínimo, investimentos públicos e redução de cargas tributárias, redução da meta de superávit primário foram exemplos de medidas emergenciais tomadas pelo governo brasileiro. (Sicsú, 2016). <https://www.cartacapital.com.br/economia/licoes-da-crise-de-2008-e-2009>.

¹⁵Barbalho destaca aqui a configuração do campo cultural, suas disposições e espaços sociais, capitais mobilizados, bem como as disputas legítimas travadas, que, nesse caso específico, envolve um órgão do Estado, esse metacampo que congrega todos os campos e para onde convergem todos os tipos de capital (Bourdieu, 2012), responsável por sua política cultural, o que implica, portanto, no envolvimento do campo cultural com outros campos, para além, inclusive, dos mais óbvios, ou seja, o campo estatal e o campo político (Barbalho, 2017, p. 3).

do primeiro governo Lula.¹⁶ A crise mundial atingiu fortemente os países capitalistas centrais, em 2008.¹⁷

No entanto, o governo Dilma Rousseff (2011-2015) começou com os resultados positivos da política de combate à crise de 2008, na gestão do Presidente Lula. Porém os dois anos iniciais foram marcados por medidas contundentes, como demissão de ministros envolvidos em corrupção, no âmbito econômico a redução das taxas de juros, desvalorização cambial e modificações em programas de concessões etc. Em comparação ao estilo conciliador do presidente Lula, a presidenta Dilma sinalizava o estilo contundente e uma nova etapa de medidas econômicas e reguladoras que poderiam domesticar o excludente capitalismo brasileiro (Costa Pinto, 2016, p. 21).

Na cena política, o esforço da presidenta era considerado como tentativa de enquadramento de partido, políticos e congresso nacional, a burocracia de Estado e até os blocos de poder e setores dominantes como banqueiros, proprietários, industriais etc. A desaceleração econômica, associada ao novo contexto internacional desfavorável, implicou na redução das taxas de rentabilidade dos segmentos dominantes, menos os bancos, gerando impactos negativos na acumulação de capital no Brasil¹⁸ (SICSÚ, 2016).

A crise econômica-política vai se aprofundando no governo Dilma, nos desdobramentos da “Operação Lava Jato” vai ganhando contornos estruturais se agravando no campo político, momento no qual a presidenta não consegue se articular com a base parlamentar e o *impeachment* surge como instrumento de pressão do bloco no poder (setores dominantes) e seus representantes (na cena política) e avançam na direção de novas reformas neoliberais e conservadoras no país.

¹⁶ O contexto de eleição do presidente Lula em 2002 é marcado pelo contexto em que a década de 1990 foi o tempo de aprofundamento do projeto liberal que havia sido semeado no fim dos anos 1980. Alguns autores como Dagnino (2000) utilizam o termo contrarrevolução conservadora para exemplificar a ofensiva neoliberal no Brasil na época. Nos anos 2000, o globalismo conferiu novos significados às realidades locais e regionais, nas relações norte e sul e nas orientais e ocidentais estabelecendo-se numa condição política de revisão das práticas e princípios teóricos das políticas de desenvolvimento e setores progressistas no Brasil e América latina chegam ao poder com discursos anti-imperialistas e em defesa do desenvolvimento nacional e da autonomia dos estados nacionais, após décadas de injunção dos organismos financeiros internacionais em favor das políticas de ajuste estrutural. Esta perspectiva é denominada de novo-desenvolvimentismo (Dias, 2017).

¹⁷ A crise financeira de 2008 não foi apenas o resultado da combinação perversa entre desregulação financeira e política monetária frouxa. Essas são apenas as causas próximas da crise. Mas existe uma causa mais fundamental, qual seja: o padrão de capitalismo adotado nos Estados Unidos e na Europa a partir do final da década de 1970, o qual pode ser chamado de ‘capitalismo neoliberal.

¹⁸ O padrão de acumulação do capitalismo brasileiro, inserido no contexto internacional de extrema bonança ao longo dos governos Lula (2003-2010), configurou uma frente política desenvolvimentista instável (formada pela burguesia brasileira, pelo governo do PT e por parte do movimento sindical e popular), sem que para isso fosse necessário desarmar a dominância dos segmentos bancário-financeiros no processo de acumulação de capital no Brasil. (Costa Pinto; et al, 2016, p. 5).

A dramática convivência de continuidades e rupturas marcou o primeiro mandato de Dilma no campo cultural. A cultura não deixou de ser compreendida como eixo estratégico de desenvolvimento do país nos governos Dilma. No entanto, o desmonte das Políticas Culturais iniciadas no governo Lula foi processual, além de reflexo da conjuntura institucional, política e econômica do país no governo Dilma, também há indicações de redefinições dentro do projeto de governo do próprio partido dos trabalhadores (PT) e de disputas dentro do campo cultural do que se entendia como prioridade em termos de políticas públicas de cultura.

O período do pós Golpe, foi o início de um forte retrocesso no processo de políticas públicas brasileiras, sobretudo para a cultura. Em 2016, na gestão de Michel Temer, o Ministério da Cultura perdeu o estatuto de ministério gerando um quadro de profundas incertezas quanto à continuidade das políticas públicas para a cultura.

Após inúmeros protestos e forte pressão popular de vários setores da sociedade, o então presidente decide recriar o Ministério da Cultura. No entanto, a decisão do presidente Michel Temer de não acabar com o Ministério da Cultura oficialmente não impediu o enfraquecimento e desmantelamento da pasta.

Já no governo Temer (2016-2018), o rebaixamento, a instabilidade do Ministério da Cultura e a descontinuidade das políticas culturais ficaram evidentes; o que demonstrava a compreensão do lugar da cultura no referido governo.

Estamos indo para o segundo ano de governo Jair Bolsonaro, eleito presidente do Brasil em outubro de 2018. Em novembro do mesmo ano, a equipe de Bolsonaro anunciou que o Ministério da Cultura, seria extinto, sendo absorvido pela pasta Ministério da Cidadania e Ação Social, e que englobaria Cultura, Esporte e Desenvolvimento Social. A unificação administrativa das pastas enfraqueceu as políticas, especialmente as políticas para a cultura.

O rebaixamento institucional da pasta da cultura interrompeu a consolidação de um ciclo de políticas culturais fundamentais para uma agenda política de desenvolvimento para o país.¹⁹

Fundamentada em bandeiras anticorrupção, antissistema e, num cerco neocolonial, neoliberal e ultraconservador, a eleição de Jair Bolsonaro para presidente em 2018 veio e segue no embalo de uma violência cotidiana extrema, perda de direitos, pobreza,

¹⁹ O Brasil somente passou a diversificar os mecanismos de política cultural para além das leis de incentivo nos últimos 16 anos.

miséria por todos os lados, desesperanças, desinvestimentos, desalentos e gravíssimos ataques à democracia brasileira e seus cidadãos que passa pelo conservadorismo político e cultural, que atuam juntos e combinados emitindo mensagens explicitamente fascistas.. É nesse contexto que uma discussão mais ampla sobre a cultura se torna urgente.²⁰ E conforme expõe Valeria Fontes (2019): “o governo que se implantou em 2019, presidido por Jair Bolsonaro, tem viés nitidamente profascista, lastreado centralmente em um anticomunismo primário, que considera todas as demais forças sociais diferentes de si mesmo como alvos de sua “caça às bruxas”.

O cenário que assistimos é de destruição, dismantelamento que em um ano de governo é mais do que a sinalização de um projeto político de país onde simbolicamente a concepção de cultura que se evidencia demonstra ir ao encontro da própria lógica do capitalismo e seu eixo cultural na sua fase contemporânea. Ou seja, uma concepção neoliberal, sobre as cidades, as políticas públicas e, sobre quais os agentes devem ser beneficiados por tais políticas.

4. Cultura e democracia

Uma questão que merece destaque no período cenário analisado neste texto é referente ao processo de elaboração e gestão das ações da pasta de cultura, orientadas pelo princípio de “pensar as políticas públicas de cultura com base em novos desenhos de gestão”.

As Políticas públicas nos governos Lula e Dilma, sobretudo as culturais, tiveram sua formulação e implementação²¹ voltadas para ações cidadãs e emancipatórias de diferentes atores da sociedade, a estruturação das ações para a cultura, também contribuiram para a construção de um novo ciclo, político, econômico, cultural e social brasileiro,

Ao considerar a cultura como construção da cidadania é inevitável o pressuposto do envolvimento participativo das classes subalternizadas, não para o fortalecimento do

²⁰ . Em termos mais amplos, a eleição de Bolsonaro se dá em meio a um quadro de ascensão internacional da extrema-direita em países tão diversos como a Hungria, a Polônia, a Índia, as Filipinas e os EUA e que pode ser relacionado à crise econômica de 2008.

²¹ A construção do espaço público no âmbito das políticas culturais, no período citado, envolveu a participação ativa da sociedade civil na definição, formulação, implementação e avaliação das políticas culturais, expressa uma nova relação Estado/Sociedade no campo cultural.

mercado, do desenvolvimento econômico, ou de processos gerenciais, mas para o aprofundamento radical da democracia, a partir da política enquanto articulação da pluralidade das demandas e representações da sociedade, tendo a participação enquanto recurso de poder se compreende que, na construção das políticas públicas, a definição do caráter dessas políticas e da participação social como campo de disputa. O modelo de gestão implementado na estruturação das políticas para a cultura podem ser analisadas a partir de um novo modelo de gestão social e gestão pública,²² que se fundamenta em três princípios norteadores.²³

O primeiro princípio é que a gestão das políticas culturais implica referir-se a ações por parte do Estado como resposta a necessidades sociais que têm origem na sociedade e que são incorporadas e processadas pelo Estado em suas diferentes esferas de poder (federal, estadual e municipal). O segundo princípio: a formulação das políticas culturais, a gestão e o financiamento são primazia do Estado, a quem cabe a competência pela condução das políticas. O terceiro: se refere a: esta primazia, contudo, não significa responsabilidade exclusiva do Estado, pois implica a participação ativa da sociedade civil nos processos de formulação e controle social da execução, o que aponta para a importância dos conceitos de espaço público e participação social.²⁴

A perspectiva da gestão social nas políticas para a cultura, a partir do qual foram articuladas nos faz refletir sobre a influência no processo de construção, implementação e gestão de diferentes grupos de interesses, pautas e debates, ou seja, diferentes grupos na luta pelas posições de poder no campo social e político. Novos agentes no campo político cultural passaram a ocupar posições, a terem representação simbólica na construção da participação qualificada dos sujeitos, na construção de novos espaços no campo das políticas, sobretudo culturais.

²² A gestão social tem sido vista como um processo dialógico, de decisões compartilhadas entre os agentes envolvidos. Autores chamam a atenção para o fato de que diferentemente da gestão estratégica, que é pautada pelo mercado, cujo objetivo central é o lucro, necessitando para isso excluir os competidores, a gestão social se pauta na solidariedade, onde os participantes têm voz ativa. Assim, deixam claro que enquanto a primeira é pautada no indivíduo, esta se pauta na coletividade. A participação social é elemento fundamental da gestão social, pois é a partir dela que a coletividade assume um papel ativo nas decisões públicas e no controle social, permitindo que o espaço público e político e a sociedade civil e sua infraestrutura, tenham função de garantir uma força integradora e autônoma da prática do entendimento entre cidadãos. (Botrel *et al.*, 2011).

²³ Articulamos no texto o conceito de gestão social, gestão pública e políticas culturais a partir do conceito abordados pelos autores Tenório (1998) e Paes de Paula (2007).

²⁴ Para maiores informações ver: Alves, Angeline; Dias, Janaina. Desenvolvimento Territorial Cultural e Gestão Social: Os Territórios de Identidade da Bahia. VII Seminário Internacional de Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa, Maio, 2016.

No entanto, a estrutura que se constrói hoje país, no campo das políticas públicas, sobretudo as sociais e culturais, é um cenário de desmonte e destruição. O Estado brasileiro trabalha para garantir os ganhos do mercado, na retirada de direitos sociais consagrados na própria Constituição Federal, na repressão, na criminalização dos movimentos sociais e agentes de oposição, e no esvaziamento da política, na quebra dos valores democráticos conquistados. assistimos a intensificação do sexismo, misoginia, racismo e da homofobia, xenofobia .

A democracia não é mais entendida como lugar da diferença e das possibilidades do ser, do lugar à dimensão política da existência humana e à cidadania e como algo mais do que a titularidade de direitos. A crise da democracia hoje no Brasil vem de uma reação conservadora às transformações no campo dos valores e costumes e às conquistas consideradas progressistas de diferentes segmentos societários e a um contexto histórico no qual novos atores entraram para o jogo político como: o pobre, as mulheres, o negro, a população indígena, o quilombola, as pessoas LGBTQ+, não só foram para a universidade como foram eleitos para cargos políticos e representativos etc.

Como fazer com que a perspectiva democrática ainda prevaleça e consiga comprometer atores e protagonistas com os desafios do contexto atual, de violenta restauração neoliberal e de avanço conservador, autoritário e anticultural e antissocial?

São as regras que socialmente pactuadas, que fazem da imaginação, imaginário, um conjunto de valores, símbolos e instituições compartilhados, ou seja, a cultura que o “governo bolsonarista” pretensamente, deseja destruir. A cultura ganha importância como elemento essencial para refletir e, especialmente, enfrentar a crise pela qual passa o Brasil hoje.

5. Cultura e capitalismo

As práticas culturais não oferecem qualquer faceta significativamente diversa do momento em que elas se inscrevem. (Eagleton, 2005).

O que assistimos no Brasil, assim como destacou Mouffe (1996) é o aprofundamento das reformas neoliberais e da lógica capitalista e de seu padrão cultural, estético, comportamental? Há hoje uma real combinação conservadora dos velhos tempos? O discurso político hoje possui a capacidade de estabelecer novas posições de

sujeito e de identidades políticas? Hoje como se tensiona os conceitos: liberdade x diferença, igualdade x identidade, indivíduo x cidadão?

A cultura nos tempos contemporâneos atrai a atenção dos políticos: não que os políticos sejam sempre homens de cultura, mas que a cultura, é reconhecida como instrumento de política, e como algo socialmente desejável ao Estado promover (Elliot, 1998, p. 105). Ainda que, o não investimento na cultura também seja uma política, a citação de Elliot aponta a estrita relação entre campo político e campo cultural e; que cultura e política no Brasil atual tornaram se mais do que nunca componentes indissolúveis do mesmo processo (Carlos Motta, 1977). E questionamos a partir dos autores acima, o que pode a cultura produzir em meio ao fascismo e ao autoritarismo?

da cultura como modo de vida e, que está em diálogo com todas as outras categorias, e estas reunidas, implica-nos pensar os elementos que constituem a formação de um povo; e a economia e a política se inter-relacionam na atualidade, reproduzindo e fortalecendo o modo de produção capitalista.

A partir da definição de cultura de Williams (2011, p. 18): “a cultura como uma das partes do todo em que é a realidade está dialeticamente posta como elemento fundido e exerce pressão e se tencionam mutuamente, determinam e são determinadas, é produzida pelo seu tempo e também simultaneamente o produz”. A partir desse entendimento teceremos algumas elaborações de que como a cultura toma parte no mundo de hoje de desmanche globalizado como resultado de um capitalismo flexível e numa conjuntura de liquidez e de identidades fragmentadas e num momento histórico brasileiro marcado por crise econômica, política, cultural, institucional governamental e de reformas neoliberais conservadoras.

Trabalhamos com o conceito de cultura articulado com política, economia, cotidiano e sobre os mecanismos culturais de reprodução capitalista Abordamos primeiramente Fredric Jameson para compreender a reprodução cultural e as formas de sustentação do capitalismo em sua fase contemporânea, A partir de autor, podemos pensar nosso tempo presente e as políticas culturais recentes. Jameson discute o deslocamento do debate econômico-político para a cultura e, esta como esfera de criação de significados e valores. Para o autor, a lógica que permeia a expressão máxima do capitalismo é cultural e entender o processo cultural significa compreender as expressões do capitalismo abordando a totalidade e as inter-relações entre cultura e economia (Jamenson, 2007).

A partir do autor, podemos perceber os desajustes e contradições do capitalismo entre a temporalidade histórica e o movimento do capital, aspecto é fundamental para compreender o contexto político-cultural atual brasileiro. Jameson parte da hipótese de uma inseparável mutação fundamental na esfera da cultura no capitalismo contemporâneo que inclui uma mutação significativa de sua função social. O autor aponta como o neoliberalismo (nova fase do capital financeiro) e a lógica cultural do capitalismo (pós-modernismo) são frutos de uma mesma estratégia de dominação ideológica e manutenção do capitalismo, ou seja, a legitimação do modelo neoliberal é o cerne da disseminação do pensamento pós-moderno e de sustentação do sistema capitalista.

De acordo com Jameson para se entender as modificações culturais é necessário compreender a inter-relação do cultural e do econômico, e principalmente entender que essa relação não é uma via única, mas uma interação recíproca, um circuito de realimentação, e por isso é impossível examinar ou destacar a cultura em separado do sistema econômico (Jameson, 2007, p. 18).

Start Hall aborda a relação cultura e formação prática social. Estudar a cultura a partir do questionamento dos critérios e mecanismos de legitimidade social, precisa ter em mente como esses mecanismos criam impactos nos diversos grupos, econômicos, políticos, sociais e culturais. Dessa forma, como destaca Hall (2014), a centralidade da cultura e o seu papel constitutivo hoje em todos os aspectos da vida social, deve ser analisados conceitualmente, teoricamente e analiticamente num contexto de transformações, tendências e direções contraditórias de mudança social, política e econômica.

George Yúdice (2006) no livro: *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global* tem o entendimento de que a cultura pode ser mais produto da política do que a política siga obediente a cultura, o autor enxerga a partir disso, a necessidade de se colocar a cultura “de volta a seu lugar”, ou seja, para o autor; trata-se de pensar que sujeitos, grupos e culturas vivem os processos de fragmentação espaço-temporal contemporâneos, decorrentes das interpretações rivais à alteridade das normas globais, devem ser estudados como núcleos de vida cultural transbordando em novos arranjos sociais, negociados com a imposição de modelos normativos, entre os atores endógenos e exógenos aos grupos em questão, que operam as transformações sociais contemporâneas.

Yúdice busca eliminar as diferentes conceituações de cultura, antropológica, sociológica e usa o termo conveniência (recurso político). Analisa a cultura e esta como uso e como recurso político de reprodução do capitalismo contemporâneo e assim como Jameson aborda a expansão do papel da cultura para o campo político e econômico; ressaltando como esta se afasta do terreno de luta, como compreende Hall (2011) e vai para o terreno do gerenciamento, para o campo da gestão.

Nesse contexto, a promoção da cultura como recurso de acordo com Yúdice (2005) requer a adoção de uma estratégia orientada pelos processos de gestão, afastando-se, portanto, da premissa que define a cultura como um terreno de luta. O autor, ao abordar como na contemporaneidade utiliza-se a “cultura como recurso”; se referindo assim á absorção da ideologia e da sociedade disciplinar pela racionalidade econômica na contemporaneidade. (Yúdice, 2006).

Se referindo à cultura enquanto política, Yúdice entende que tudo que se busca e que se tem como finalidade, ou seja, a cultura, está utilizando-a como meio, instrumento e, portanto, com intencionalidades e conforme o autor, o desenvolvimento das políticas culturais ocorre em estreita relação com os fluxos globais.

O papel da cultura como conjunto expressões artísticas e com vocação pedagógica e discursiva de somente uma instituição (como ocorria até o século XX), já se modificou intensamente adquirindo novas maneiras de articular-se e de definir-se. (Yúdice, 2006, p. 373).

Assim, entendendo a cultura e o processo cultural a partir desses autores e como uma das partes do todo que é a realidade, sendo prática social, processo é algo que reúne todos os sentidos e significados de um determinado tempo e sociabilidade, onde suas modificações expressam o fluxo de transitoriedade da história que vivenciamos atualmente no Brasil.

O caráter do governo brasileiro e seu projeto político hoje, não nos permite em absoluto, em um ano de governo de Jair Bolsonaro, que tenha sido implantado no Brasil um ‘regime fascista’, mas evidencia tendências fortes nessa direção, e os seus desdobramentos dependerão do quadro de resistência e enfrentamento nacional, assim como das tensões internacionais e globais.

A partir da teorização de Jameson, em interlocução com os demais autores, levantamos aqui uma hipótese a ser verificada: será o fascismo atual, a lógica cultural do capitalismo em sua fase neoliberal contemporânea?

Considerações finais

A intenção desse artigo é propor reflexão política, econômica, social que dê conta da complexidade atual do campo cultural brasileiro, que são resultantes das transformações sociais, políticas e econômicas que vêm ocorrendo em ritmo progressivo, revelando diferentes modos de convivência, novos atores e processos que vem interferindo decisivamente no campo cultural brasileiro.

Os autores abordados trazem grandes conquistas no que diz respeito a dar à devida elaboração a compreensão da dinâmica cultural de uma sociedade. Os autores convergem no sentido da cultura ser parte indissociável de um todo que é a vida social e, que por isso, existem influências e tensionamentos mútuos e constantes entre todas as partes que a compõe. O que quer dizer que a cultura anda junto e inseparavelmente com os rumos sociais e é parte constitutiva de toda a prática social.

Na contemporaneidade a dimensão cultural tem centralidade, pois se concretiza na práxis das lutas e nos desafios contemporâneos. Deve ser tratada como elemento constituinte das forças de desenvolvimento de uma sociedade e de um povo e de um projeto político de nação.

Urgente hoje no Brasil é reposicionamos a cultura em seu devido lugar, no intrínseco do cerne social, econômico e político que organiza nossa sociedade. Sublinhando a necessidade de se pensar e considerar a cultura como um campo permanente de disputas de sentidos, sobretudo no âmbito do Estado. Necessário retomar o papel estratégico que a cultura ocupou no desenvolvimento do Brasil e defender seu lugar na gestão pública.

Vivemos no Brasil um tempo de pesadelo. De celebração da violência, da irracionalidade, da tortura, do racismo, xenofobismo, do desprezo pela educação, pela ciência, pelos povos indígenas, pela natureza, pelo planeta, pelos cidadãos brasileiros e sua cultura. Presenciamos a mistura de um autoritarismo com o liberalismo econômico radical e um tempo de subordinação expressa aos ditames do capita

Posto isso, para enfrentarmos o avanço conservador, autoritário e antissocial de retomada de discursos retrógrados, do atual desinvestimento, abandono e desprezo ao campo cultural e as políticas públicas de cultura no Brasil, apostamos na cultura como campo de luta, pois esta tem papel central na luta social, pois se relaciona dialeticamente com a história a política e a economia incidindo nas relações produtivas, ou seja, na totalidade das relações sociais.

Referências bibliográficas

- Barbalho, A. (2017). Em tempos de crise: o MINC e a politização do campo cultural brasileiro. *Políticas Culturais em Revista*, v. 10, p. 23-46,.ISSN: 1983-3717.
- Barbalho, A.(2017) *Cultura e Democracia*. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Lumem Juris.
- Barbalho, A. (2019) *Sistema Nacional de Cultura: campo, saber e poder*. Fortaleza: EdUECE.
- Bastos, P.P.Z.(2017). Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, p. 1-63,.ISSN: 14159848.
- Calabre, L. (2017). *Latinoamericanidades- Outras identidade possíveis! Reflexões sobre políticas culturais nos desdobramentos do Programa Cultura Viva*. IN: XVI FOMERCO - FÓRUM UNIVERSITÁRIO MERCOSUL, Anais Eletrônico do XVI FOMERCO, SALVADOR. v.1 Disponível em: http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1499042993_ARQ_UIVO_LiaFomercoLatinoamericanidades.pdf.
- Costa, P et.al. (2017). *A economia política dos governos Dilma: acumulação, blocos no poder e crise*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ. Grupo de Análise Marxista Aplicada. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2016/06/Economia-pol%C3%ADtica-governo-Dilma.pdf>.
- Dagnino, E. (1994) Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Brasília: Brasiliense.
- Domingues, J. L. P. (2008). *Programa Cultura Viva: Políticas Culturais para a emancipação das classes populares*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ.

- Domingues, J. L. P. (2018). Do ato fóbico ao ato mágico pós-político: o novo mercado discursivo do Ministério da Cultura. Revista EPETIC, v.20, nº 2, mai-ago,. ISSN; 15182487.
- Eagleton, T. (2005). A ideia de Cultura. São Paulo: EdUnesp.
- Gil, G.; Ferreira, J.(2013). Cultura Pela Palavra - Coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura (2003-2010). Almeida, Armando; Albernaz, Maria Beatriz; Siqueira, Maurício (Orgs). Rio de Janeiro, Versal,.
- Girelli, L. S.(2011) A lógica do capitalismo contemporâneo a partir da Obra de Fredric Jameson. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Política Social, UFES.
- Gonçalves, R. (2018). Governo Bolsonaro, Brasil : Cenários. Texto para discussão 016, 2018. Instituto de Economia - UFRJ. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0162018goncalves.pdf>.
- Greenwald, G. (2019). Glenn Greenwald entrevista Lula: ‘Bolsonaro é a velha política, eu sou a nova’. The Intercept_Brasil. Curitiba- Paraná. 22 de maio de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/05/21/greenwald-entrevista-lula-bolsonaro-nova-politica/>.
- Hall, S.(2014). A identidade Cultural na Pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Jameson, F.(2007) Pós Modernismo: a lógica Cultural do capitalismo tardio. 2 ed. São Paulo.
- Kroft, P. (2018). Para se pensar a cultura na periferia do capitalismo. Revista Libertas Juiz de Fora, v.18, n.1, p.27-52, jan. a jul .ISSN: 19808518.
- Lalo Leal Filho, L. (2019). *Os sinais do fascismo*. Carta Maior, O portal da esquerda. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/Os-sinais-do-fascismo/52/46070>.
- León, J. E. W. H.; Malta, M. M. (2017) Um debate sobre a democracia brasileira: tradição plutocrática e perspectivas de democratização no meio de uma crise de poder e de acumulação. Texto para discussão 017/2017. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ. Grupo de Análise Marxista. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0172017leonmalta.pdf>.

- Lima, K.(2017). Brasil em tempos de contrarrevolução. Revista Universidade e Sociedade n°59, ANDES-SN, Brasília.
- Monbiot, G. (2019). *Por que os psicopatas chegaram ao poder*. Geledés – o instituto da mulher negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/por-que-os-psicopatas-chegaram-ao-poder/>.
- Motta, C. G. (1997). Ideologia da cultura brasileira. Ed. Ática.
- Pinto, E. (2017).A guerra de todos contra todos: a crise brasileira. Texto para discussão 006/2017. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ. Grupo de Análise Marxista Aplicada.
- Portal da Câmara dos Deputados. (2020). *Legislação*. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13018-22-julho-2014-779102-publicacaooriginal-144645-pl.html>
- Ribeiro, H. L., & Brasil, M. L. (2016). *Programa Cultura Viva impactos e transformações sociais*. 1º Edição. Disponível em: http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Ribeiro-Programa_Cultura_Viva-impactos_transformacoes_sociais.pdf.
- Romani, B. (2016). *O MinC fica, mas o seu futuro político é incerto*. VICE Brasil. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/8q4b84/a-volta-do-minc.
- Rubim A.(2013). Políticas culturais no governo Dilma Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Organizadores. – Salvador: EDUFBA.
- Rubim, A; Barbalho, A (Orgs.). 2007. Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA.
- Rubim, A; Barbalho, A; Calabre; L. (Orgs). (2015). Políticas Culturais no governo Dilma. Salvador: EDUFBA.
- Sampaio Jr., P. (2017). Crônicas de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante.
- Santini, A. (2017) *Cultura Viva Comunitária. Políticas Culturais no Brasil e América Latina – 1º Ed: ANF Produções*.
- Sicsú, J. (Org.). (2005). Novo-desenvolvimentismo. Um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Manole: Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- Sicsú, J. (2016). *Lições da crise de 2008 e 2009*. CartaCapital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/licoes-da-crise-de-2008-e-2009>.
- Sodré, M. (2005). A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A.

- Sodré, M.(2017). A Cultura como crise, Políticas Culturais em Revista. V10, n 1: 1-12.
- Tavares, L. (2016). Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América. (80 minutos).
Disponível em: <https://www.unila.edu.br/imea/conferencias-jun15>.
- Turino, C. (2009). Ponto de Cultura: O Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi.
- Turino, C. (2015). Fantasma Vestido de Palhaço. Youtube, (23minutos). Publicado em 15 de Outubro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pCTOb8zbFuY>.
- Williams, R. (2011). Cultura e materialismo. São Paulo: Editora UNESP.
- Yúdice, G. (2006.) A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG.